
DESENVOLVIMENTO E DESPESAS MILITARES

Magalhães Mota

DESENVOLVIMENTO E DESPESAS MILITARES

1. A ideia de que é preciso optar entre desenvolvimento ou despesas militares é consequência lógica da dicotomia clássica entre canhões e manteiga. Mas talvez valha a pena actualizar os exemplos.

A 2.^a sessão extraordinária da ONU dedicada ao Desarmamento (7 de Junho a 9 de Julho de 1982) foi antecedida pela divulgação dos dados do Banco Mundial, de acordo com os quais 1981 tinha chegado ao seu termo atingindo-se os maiores números de sempre em relação a pessoas mal alimentadas (570 milhões), por alfabetizar (800 milhões) e sem acesso aos mais elementares serviços de saúde (1500 milhões).

Neste quadro, justificar gastos militares com o argumento de que protegem recursos é justificar um círculo vicioso. Gastando 500 biliões de dólares/ano, «a indústria dos armamentos tornou-se a principal consumidora dos recursos que alega proteger⁽¹⁾.

«Um grupo internacional de especialistas, encarregado pelas Nações Unidas de investigar a relação entre o desenvolvimento social e a corrida aos armamentos, chegou à conclusão de que todos os anos, ao longo das últimas três décadas, quase 6 % dos recursos mundiais disponíveis foram consumidos pela corrida às armas.» (...)

«O grupo constatou que, muito embora o rendimento médio *per capita* nos países em vias de desenvolvimento não ultrapasse $\frac{1}{12}$ do das nações ricas e fornecedoras de armas do Ocidente, o Terceiro Mundo só por si foi responsável por 75 % de todas as importações de armas durante os anos 70, à custa das suas limitadas reservas em divisas e do bem-estar dos seus povos.» (...)

«Com a esperança numa possível redução parcial dos armamentos da ordem dos 25 % durante os anos 80 e de mais de 15 % na década de 90, (...) os países em desenvolvimento poderiam esperar aumentar o

(1) Ian Steele, documento não oficial das Nações Unidas intitulado «A corrida às armas num mundo onde ainda existe fome».

seu PNB pelo menos 3,7 %, a produção agrícola 4,6 % e, mais importante ainda, elevar o seu consumo *per capita* até 21,3 % nos países de rendimento médio da América Latina, 47,6 % nos países asiáticos de baixo rendimento, e 166,7 % nos países mais pobres e áridos de África.» (...)

Ao apresentar à 36.ª sessão da Assembleia Geral da ONU o seu relatório intitulado «Desarmamento e Desenvolvimento», a Sr.ª Inga Thorson, Subsecretário de Estado para o Desarmamento da Suécia, que foi também a presidente do grupo de investigação, fez questão de frisar que, face ao declínio do crescimento económico e à reduzida capacidade do ambiente para satisfazer as necessidades materiais, alimentares e energéticas da comunidade mundial, numa base equitativa e aceitável, os responsáveis pelas decisões políticas têm essencialmente duas alternativas:

«O mundo pode continuar a corrida aos armamentos, com o seu característico vigor, ou modificar a sua posição, e consciente e rapidamente procurar uma ordem internacional política e económica que seja sustentável.

O que não é possível é fazer as duas coisas»⁽²⁾.

2. Outro documento das Nações Unidas⁽³⁾ revela que só 5 % dos 500 biliões de dólares gastos anualmente em armas chegaria para atingir a meta para auxílio oficial ao desenvolvimento estabelecido na Estratégia Internacional para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1981-1990).

E acrescenta:

«Os recursos actualmente esbanjados em armas podiam quebrar os grilhões da miséria, fome, ignorância e doença que atingem inúmeros milhares de seres humanos dos países mais pobres. Todos os anos, as actividades militares absorvem um volume de recursos igual a cerca de duas vezes o Produto Nacional Bruto conjunto dos países que constituem a metade mais pobre da população mundial.»

⁽²⁾ Op. e Loc. citados. O relatório citado corresponde a Un Publication, Sales n.º 5.78.IX.1 «Economic and Social Consequences of the Arms Race and of Military Expenditures».

⁽³⁾ DPI/6967 — Maio 1982.

Alguns dados comparativos são ainda mais esclarecedores na sua crueza. Assim:

- «— As despesas com a saúde (sem contar com a assistência médica particular) não representam mais de 60 % dos gastos militares.
- Os recursos destinados à investigação médica são apenas $\frac{1}{5}$ dos aplicados à investigação e desenvolvimento militares.
- Em 10 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) gastou 83 milhões de dólares para acabar com a varíola no Mundo — esta importância não chegaria sequer para comprar um bombardeiro estratégico moderno.
- Os planos da Organização Mundial de Saúde para acabar com a malária — uma das grandes causas de mortalidade no Terceiro Mundo — têm sido atrasados por falta de fundos. O montante em questão — 450 milhões de dólares — é menos de metade do que o mundo gasta *por dia* para fins militares.
- Do total das despesas mundiais em investigação e desenvolvimento, desde 1945, calcula-se que cerca de 40 % tenham sido gastos em objectivos militares ou com eles relacionados.»

Mais um dado: «Nos Estados Unidos, o sector militar consome entre 700 e 750 milhões de barris de hidrocarbonetos líquidos por ano, ou seja, aproximadamente 3,5 % do total do consumo mundial e isto sem incluir os produtos petrolíferos utilizados para produzir armas e equipamentos.»

Em 1981, os EUA gastaram com a defesa 222 mil milhões de dólares. A França aumentou em 17,6 % o seu orçamento de defesa para 1982. De 1977 a 1981, a Tailândia passou de 711 milhões para 13 000 milhões e a Libéria de 6000 para 16,5 milhões de dólares, enquanto a Arábia Saudita passava «modestamente» de 10 300 mil milhões para 14 500 mil milhões os seus gastos militares.

Um «F-5» custa 20 milhões de dólares e o «F-16» 12 milhões.

O custo de dez destes aviões resolveria o problema da assistência alimentar de emergência ao Terceiro Mundo.

Talvez não seja necessário elencar mais dados.

Foi Eisenhower quem disse:

«Cada espingarda que se fabrica, cada barco de guerra que se deita ao mar, cada foguete disparado, significam, no fim de contas, um roubo a todos aqueles que sofrem de fome e não têm alimentos, a todos aqueles que têm frio e não são agasalhados.»

3. Também o «velho» argumento de acordo com o qual as guerras — e também a sua preparação — contribuiriam para uma certa melhoria em relação a muitas técnicas, podendo apresentar-se exemplos numerosos em quase todos os sectores, da cirurgia à electrónica, parece também em crise.

Ninguém contesta essa melhoria, nítida até.

Mas poderá falar-se de descobertas?

Não é certo que a «pesquisa fundamental» tenha sido activada pela guerra. A guerra favoreceu a aplicação de certas descobertas, mas, na generalidade, não provocou essas descobertas.

Activou o aperfeiçoamento de certas técnicas mas orientou-as num sentido particular. *A guerra que se serve da técnica foi útil ao desenvolvimento técnico e não à ciência.*

E uma outra questão essencial continua a colocar-se: terá sido a guerra a causar o desenvolvimento técnico de que tanto se fala? Ou foi uma *ocasião*? Provocando uma mobilização dos espíritos, uma ajuda aumentada dos poderes públicos, um ambiente de urgência...

E não é também exacto que cerca de 25 % dos recursos humanos científicos são absorvidos em trabalhos e investigações que se prendem com o sector militar?

Poderá sequer falar-se em termos de eficácia desse investimento?

4. Uma outra linha de argumentos é a carreada pelo Congresso dos EUA. Seja-me permitido abrir um parênteses para salientar que agora que tanto se fala no reforço da componente parlamentar do nosso sistema constitucional, é importante salientar que o modelo actual de parlamentarismo autêntico não é já a Câmara dos Comuns mas, muito provavelmente, as Câmaras dos Estados Unidos.

Nos Comuns, a realidade introduzida pela disciplina partidária (assim mesmo menos rígida que a portuguesa: recorde-se que houve liberdade de voto para discutir e votar a adesão à CEE) traduziu-se, na prática,

na impotência da minoria que, pelo facto de o ser, *não pode* derrubar o Governo e na impotência da maioria transformada em sistemática apoiante do Governo.

Uma das mais importantes fontes da actividade parlamentar nos EUA é a actividade das Comissões, no controle e fiscalização da actividade do Executivo, sem paralelo em qualquer outra actividade parlamentar no Mundo.

Fechado o parênteses, valerá a pena recordar os elementos de estudo e as conclusões a que chegou em 1979 a Comissão do Congresso encarregada de avaliar os custos da actividade governamental.

Essa Comissão concluía que os EUA deveriam dobrar o seu orçamento militar para pagar os sistemas de armas encomendados e que «a menos que se produzisse uma verdadeira catástrofe nacional» seria pouco provável que se encontrassem fundos do montante necessário para a realização de tais projectos.

Na verdade, o esforço financeiro exigido é o triplo do efectuado durante a guerra do Vietname e aproxima-se do efectivado durante a II Grande Guerra. Só esse esforço permitiria pagar o submarino «Tridente», o novo sistema de mísseis «MX», o carro de combate «XM-1», o novo porta-aviões «Nimitz», os novos bombardeiros de longo alcance, etc.

Mas, e ao mesmo tempo que se reconhece esta dimensão de esforço financeiro, assinala-se também que os novos sistemas de armas pouco acrescentam à capacidade militar americana. Aperfeiçoa-se uma tecnologia vinda do passado em vez de explorar uma concepção nova centrada sob o presente.

De facto, como sublinhou a Comissão, os aviões, carros de combate e navios de guerra actuais são descendentes directos dos da II Grande Guerra. Mesmo as armas nucleares, com os seus sistemas de lançamento e os mísseis balísticos intercontinentais, não serão apenas extensão dos meios de bombardeamento estratégicos da II Grande Guerra? (4). Não se duvida de que cada geração de armas adquire maior rapidez, precisão, alcance e carga útil. Mas é igualmente mensurável que estas melhorias custam um enorme aumento de preço e de complexidade dos sistemas.

(4) O raciocínio poderia ampliar-se à artilharia, no caso da URSS.

Os bombardeiros modernos custam 200 vezes mais, os aviões de caça 100 vezes mais, os porta-aviões 20 vezes mais e os carros de assalto 15 vezes mais em relação aos preços da II Grande Guerra.

Acresce que a complexidade crescente gera também problemas cada vez mais complexos de manutenção e substituição de peças.

5. Finalmente, numa economia em crise, o peso das despesas militares terá ou não influência no relançamento ou, pelo menos, na sustentação das economias?

O projecto económico do Presidente Reagan foi, já neste momento, objecto duma série de correcções que, em boa medida, evidenciam o seu fracasso.

Mas a questão da política económica de Reagan ultrapassa claramente o âmbito da questão restrita que analisamos. Não nos servirá, portanto, de exemplo.

No âmbito do estudo das Nações Unidas a que já fizemos referência, fizeram-se algumas contas em matéria de emprego. «Citando estimativas do Governo dos Estados Unidos, os peritos afirmam que um bilião de dólares de despesas militares criaram 76 000 empregos, mas que se a mesma importância tivesse sido aplicada em reduções fiscais, o número de novos empregos teria sido de 112 000»⁽⁵⁾.

Mas sabe-se que «as actividades ligadas ao sector militar em todo o mundo continuam a empregar aproximadamente 60 biliões de pessoas»⁽⁵⁾ pelo que os peritos concordam que «seriam necessárias medidas para assegurar uma redução suave e gradual das indústrias que deixassem de ser necessárias»⁽⁵⁾.

A verdade porém é que a ideia de que uma forte «procura» em termos militares «determinava» uma indústria altamente competitiva está, também ela, a ser posta em causa.

Um livro recente⁽⁶⁾ compara a electrónica americana e japonesa, a primeira beneficiando das encomendas e das necessidades militares, e a japonesa pressionada antes pelas necessidades do mercado de massa, dos preços pouco elevados, da simplicidade de concepção.

A vantagem da indústria japonesa não é, sequer, contestável.

(5) Op. e Loc. citados. UN Publications Sales n.º 5.78.IX.I.

(6) De Mary Kaldor «O Arsenal Barroco» — 1981 — Universidade de Brighton.

Aliás, as estatísticas demonstram igualmente que, desde 1950, a taxa de crescimento da produtividade dos EUA é inferior quer à da República Federal da Alemanha quer à do Japão.

O quadro seguinte é, aliás, ainda mais esclarecedor:

«Será diferente a situação no que se refere à URSS?

De acordo com um texto recente⁽⁷⁾ «Para apoiar a modernização e crescimento contínuo das forças armadas, no último quarto de século, a União Soviética aumentou as suas despesas em termos reais dedicando uma média de 12 a 14 por cento por ano do seu Produto Nacional Bruto para despesas militares. Em 1979, em termos comparativos, os investimentos militares soviéticos estimados em dólares excederam os dos Estados Unidos da América em 70 %.»

O mesmo relatório diz, poucas páginas adiante:

«Na última década a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia têm enfrentado economias cada vez mais deterioradas enquanto mantêm, simultaneamente, altos níveis de produção de equipamento militar para uma ampla modernização das suas forças. A própria economia soviética está em dificuldades e enfrenta prioridades competitivas com recursos escassos, neste início do 11.º Plano Quinquenal. Os problemas englobam escassez de alimentos, baixa produtividade laboral, falhas nos transportes e restrições energéticas, o que se tem tudo combinado para fazer baixar o crescimento industrial a um máximo de 1945 para cá.»

Parece poder concluir-se que não é diferente a situação. Por um lado, não há pressão concorrencial para obter contratos ou créditos mas apenas para realizar os programas inscritos no Plano.

O peso das despesas militares limita ainda mais a investigação.

O desenvolvimento assenta — muito mais que nos EUA — na estrutura industrial dos anos 30/40.

(7) «Poderio Militar Soviético», 1982, Centro do Livro Brasileiro. Trata-se de um documento que, segundo o próprio texto, «constitui um extracto de «briefings» proporcionados aos ministros da Defesa da NATO».

Acresce que se o orçamento dos EUA é acusado de conservadorismo⁽⁸⁾, os sistemas de planificação centralizada são muito mais conservadores: os beneficiários dos recursos principais são os que têm o poder de repartir; conseqüentemente podem, cada ano, esperar receber a mesma parte.

6. Que se poderá concluir, se é que alguma coisa se pode concluir? Parece comprovado que o peso das despesas militares distorce prioridades e, como tal, prejudica e põe em causa acções mais importantes e úteis para o progresso.

Mas tem «isto» a ver, no essencial, com a problemática do desenvolvimento?

Talvez valha a pena examinar o problema também por essa coordenada.

7. Sabemos que o *desenvolvimento* o é de todo o homem e de todos os homens, que deve ser integral, geral, mundial, solidário, homogéneo, de dinâmica própria de cada grupo humano, que deve partir dos próprios povos, que exige um esforço contínuo de harmonização das tensões e de redução das relações de força.

Sabemos também que o desenvolvimento é, e ao mesmo tempo, uma aspiração humana e um processo histórico, um pensamento e uma acção, um ideal e uma realização.

Sabemos isto tudo e repetimo-lo, quase com estas palavras (e as que usámos são as de «Economie et Humanisme»), desde há mais de duas décadas, pelo menos.

A verdade, porém, é que, tanto ao nível da acção como do pensamento, é mais fácil dizer o que é o subdesenvolvimento do que definir o que é o desenvolvimento.

Como perguntava Jaurès: «Se existe progresso, qual é a ideia decisiva e última pela qual medimos as diversas formas de desenvolvimento humano?»

No fundo, talvez continuemos a ignorar em que consiste o verdadeiro progresso da Humanidade.

(8) OTTO A. DAVIS in «Hearings Before the Subcommittee of Economy in Government», págs. 206, 207 e 229 (Senado dos EUA, 1967).

8. Se não é possível dispor de uma definição, poderemos ao menos sugerir método inverso.

Quais serão as *exigências* de progresso inseridas na história actual?

Arriscarei dizer que o nosso é um tempo em que descobrimos a solidariedade que nos liga aos outros, tornada evidente pelas interdependências à escala planetária.

Aí está a economia, outra vez. A lembrar-nos que dependemos do preço do petróleo, da subida do dólar, do bom ano cerealífero dos EUA, etc., etc.

Não estaremos, naturalmente, todos de acordo sobre a importância e as consequências dessa solidariedade.

Mas muitos de nós estaremos de acordo em que todos os recursos, bens da terra e técnicos, se fizeram para que todos possam viver melhor e alguns de nós, pelo menos, entendemos que isso implica que cada um possui um certo direito a esses recursos.

Só que sendo as solidariedades mundiais, necessitando a economia de todo o espaço terrestre para se realizar (no plano do consumo, das trocas ou da produção), «isto» entra necessariamente em confronto com a ideia de que o conjunto dos meios da nação e do Estado constituem o *poderio* nacional.

As nações dominantes pela sua actuação constituiriam, assim, uma *ameaça* para as menos favorecidas, mesmo que a sorte destas vá melhorando.

Não foi outro, aliás, um dos raciocínios primeiro surgido quando o Instituto Batelle resolveu pensar ele próprio uma estratégia de produtores de petróleo.

9. Assim, poderemos fechar o círculo.

Há quem ponha em causa que a corrida aos armamentos seja, por si só, um factor de guerra.

Na República Federal da Alemanha, onde toda a problemática do desarmamento vem ganhando crescente relevância, o CDU tem retorquido que, por exemplo, a II Grande Guerra não foi provocada por uma corrida aos armamentos, mas pela «atitude agressiva de uma ditadura expansionista que intensificava o seu arsenal bélico de maneira unilateral, ao passo que as democracias ocidentais fechavam os olhos perante o perigo de guerra iminente, descuidavam as suas potencialidades mili-

tares em matéria de defesa, procurando paradoxalmente deter o regime nazista através de uma política de «paninhos quentes» (9).

É outro o tema *Desarmamento*, em particular quando confrontado com a sua própria possibilidade política, quando unilateral. Mas tão relacionado com o nosso próprio tema, que qualquer de nós poderia repetir as palavras do Papa João Paulo II: «Estou, de facto, profundamente convencido que, face aos efeitos científicos previstos como certos, de uma guerra nuclear, a única opção moral e humanamente válida é a redução dos armamentos nucleares, até uma futura eliminação completa simultaneamente efectuada por todas as partes, mediante acordos explícitos e com o empenho de aceitar controlos eficazes.

Entre os esforços a fazer, pela paz da humanidade, destaca-se o que visa garantir a todos os povos a energia necessária para o seu desenvolvimento pacífico.»

Creio que é tempo de concluir.

O esforço de armamento contemporâneo faz crescer a dependência, monopoliza capitais e assume custos exorbitantes em termos de peritos, energia e balança comercial, de tal modo que alarga o fosso entre os desenvolvidos e os outros.

Se o papel que aqui assumo é o de introduzir um debate, sugerir problemas e levantar questões, então talvez devêssemos meditar se não será este mesmo fosso, entre os desenvolvidos e os outros, a maior ameaça à paz mundial.

A sociologia política considera frequente a associação entre «situação revolucionária» e miséria generalizada. São igualmente conhecidas as teses — curiosamente, ou talvez não, de homens do Terceiro Mundo — de Abdulaye Ly («Les masses africaines et la condition humaine») e Frantz Fanon («Les damnés de la terre») segundo as quais a revolução mundial futura será a revolta universal dos camponeses famintos e miseráveis.

«Arrumar» povos num beco sem saída tecnológico significa que eles aí seriam mantidos pela repressão e que a violência poderia ser a «sua saída».

(9) Esser Kahn, representante da Fundação Konrad Adenauer em Portugal, artigo intitulado «Argumentos para a actual discussão sobre a paz mundial» in n.º 24 de «Democracia e Liberdade» publicação do IDL — Instituto Amaro da Costa.

O desenvolvimento seria assim a verdadeira segurança colectiva ou, como disse Paulo VI, «desenvolvimento é o nome novo da Paz». Estamos perante uma responsabilidade colectiva que diz respeito à razão de ser e à sobrevivência da Humanidade⁽¹⁰⁾.

Magalhães Mota

⁽¹⁰⁾ O texto corresponde à versão actualizada e organizada das notas que serviram de base à exposição de idêntico tema feita ao Curso de Auditores de 1982.

Tratando-se da exposição *introdutória* de um debate, procurando motivá-lo, parece importante acrescentar duas curtas notas de esclarecimento no novo contexto de apresentação deste trabalho:

I) A construção de uma Paz autêntica tem entre os seus pressupostos a compreensão correcta do que é a Guerra e a realidade profunda da conflituosidade colectiva.

II) Chamar a atenção para a problemática da corrida aos armamentos corresponde, de igual modo, à desmitificação dos movimentos que, como reforço da posição de um contendor, procuram o desarmamento do outro *e exclusivamente a esse criticam*. Não há pacifismo unileteral.